



# **Câmara Municipal de Curitiba**

## **ATAS DAS REUNIÕES**

Ata da audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, para prestação de contas do Executivo e do Legislativo, referentes ao segundo quadrimestre do corrente ano.

Ao trigésimo dia do mês de setembro, a partir das nove horas e vinte e cinco minutos, realizou-se audiência pública de prestação de contas dos poderes Executivo e Legislativo, conforme publicação no diário oficial do município nº 164, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e quatro. Consta nas notas taquigráficas: "O sr. presidente Serginho do Posto: - Bom dia a todos. Estamos iniciando a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização de prestação de contas do segundo quadrimestre. Eu peço escusas aos presentes, porque hoje estou afônico, então vou pedir à minha colega, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Vereadora Indiara Barbosa, que faça a abertura dos trabalhos. Mas também, rapidamente, convido os membros da Comissão de Economia que queiram vir até a Mesa, citando a Vereadora Indiara Barbosa, Vice-Presidente, que já está à Mesa conosco, os Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete e Osias Moraes. De imediato, passo a palavra à Vereadora Indiara Barbosa. A vereadora Indiara Barbosa: - Bom dia a todos. Declaramos aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2024, de acordo com o que determina o Art. 9º da Lei Complementar Federal 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência pública terá duração de duas horas, com início às 9h25min e término às 11h25min. Agradecemos a participação de todos, autoridades, representantes de associações e de entidades, servidores, cidadãos, Vereadores e todos que nos acompanham pelas redes sociais. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é formada pelos Vereadores já citados pelo Vereador Serginho do Posto, Presidente da Comissão. Os trabalhos da audiência pública obedecerão ao seguinte roteiro: explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela diretoria contábil e financeira, quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo; concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões ou questionamentos; explanação do Sr. Cristiano Hotz, que, na verdade, eu acho que vai ser substituído, na audiência, pela superintendente, a Sra. Daniele Regina dos Santos, que sempre também nos acompanha, a quem dou as boas-vindas, que representará a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, a respeito dos relatórios do Poder Executivo; na sequência, concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões ou questionamentos. A concessão da palavra se dará da seguinte forma: primeiramente, aos Vereadores que

compõem a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização; na sequência, aos demais Vereadores; depois, aos participantes que se manifestarem pelas fichas de perguntas junto ao cerimonial, no Plenário, e aos participantes que se manifestarem pelo e-mail da Comissão, que é o [comissao.economia@cmc.pr.gov.br](mailto:comissao.economia@cmc.pr.gov.br). De imediato, concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo, diretora contábil e financeira da Câmara Municipal de Curitiba. Serginho do Posto: - Antes disso, como a Vereadora Indiara Barbosa já comentou, nós faremos em dois momentos. No primeiro momento, a prestação de contas da Câmara Municipal de Curitiba, com a apresentação da nossa diretora contábil e financeira. Na sequência, faremos a apresentação do Executivo, representado pela Sra. Daniele Regina dos Santos, que fará a sua explanação. Peço também que a Vereadora Indiara Barbosa cite os membros da administração da Câmara Municipal que estão presentes nessa audiência. Indiara Barbosa: - Então, além da diretora contábil e financeira, a Sra. Aline Bogo, já mencionada, cumprimento o Sr. Daniel Dallagnol, assessor orçamentário e financeiro da Controladoria; a Sra. Margarete Zimmermann Nakano, controladora do Legislativo Municipal; a Sra. Ana Cláudia Mello dos Santos, diretora do Departamento de Administração e Finanças; e a Sra. Cristina Rios, da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Curitiba. Serginho do Posto: - Agradeço e, de imediato, passo a palavra à Sra. Aline Bogo, para que faça a explanação do segundo quadrimestre da Câmara Municipal de Curitiba.

**A SRA. ALINE BOGO:-** Bom dia a todos. Mais quatro meses se passaram e estamos aqui, mais uma vez, mostrando que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei que veio para ficar. Há vinte e quatro anos demonstrando aí as metas fiscais nos três quadrimestres do ano. Em relação ao Poder Legislativo, nesse exercício, nós temos um orçamento aprovado, para este ano, de cento e noventa e cinco milhões. O orçamento do Legislativo pode chegar a 4,5% da arrecadação de algumas receitas do Município de Curitiba, receitas de impostos e transferências constitucionais, como FPM, ICMS, IPI, entre outras. Esse valor máximo, para o exercício de 2024, seria de trezentos e doze milhões, quinhentos e sete mil, porém, o orçamento fixado ficou em 2,8%, totalizando cento e noventa e cinco milhões. Já foram repassados ao Legislativo, por meio de interferências financeiras, nesse exercício, cento e trinta milhões, em oito parcelas mensais, pelo Poder Executivo. De janeiro a agosto, a Câmara Municipal de Curitiba empenhou 61,33% do seu orçamento, totalizando um valor de empenho de cento e dezenove milhões quinhentos e oitenta e nove mil. Conforme a Câmara recebe as suas interferências, a transferência financeira do Poder Executivo, esse valor fica aplicado e o rendimento é devolvido à Prefeitura, para que componha a sua receita patrimonial. Durante esses oito meses, foram devolvidos, a título de rendimento com aplicações financeiras, um milhão quinhentos e nove mil, e também foram devolvidos valores referentes a cancelamento de restos a pagar, num total de quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e oitenta e nove. Esses empenhos de restos, empenhos de exercícios anteriores, que não foram liquidados na sua totalidade, muitas vezes empenhados de forma estimativa ou global, foram então cancelados, e esse valor é devolvido à Prefeitura Municipal de Curitiba. O total, então, repassado ao município pela Câmara, nesses oito meses de 2024, é de um milhão novecentos e quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e quatro. Nós temos três grandes grupos que compõem a despesa pública, que a Câmara utiliza, sendo o principal as despesas com pessoal, que representa 68,6% do valor empenhado nesses dois quadrimestres; outras despesas correntes, 31,1%; e investimentos, 0,3%. Em relação ao primeiro grupo, de despesas com pessoal, nós temos um valor orçado, atualizado, com as suplementações que foram feitas, de cento e quarenta milhões e quarenta e cinco mil. Desse total, foram empenhados oitenta e um milhões novecentos e oitenta e sete mil, que representam 58,54%, nesses dois quadrimestres. Desdobrando, então, esse grupo, nós temos empenhados, com vencimentos e vantagens fixas, sessenta e seis milhões oitocentos e noventa e sete mil, representando 59.85% do orçado nesse

elemento de despesa; com obrigações patronais, quinze milhões e oitenta e nove mil, representando 56,32% do elemento; não tivemos valores empenhados em indenizações e nem com outras despesas. Lembrando que, de acordo com o Manual da Receita Federal, indenizações pagas a ativos entram como vencimentos, então no elemento de despesa 31.90.11. Em relação, então, à despesa de pessoal, ainda com um desdobramento maior nesse slide, nós temos, com vencimentos e vantagens fixas, do pessoal efetivo, um valor de trinta e um milhões quatrocentos e trinta e três mil; valores pagos com subsídios, seis milhões e onze mil; vencimentos comissionados, dos servidores comissionados, vinte e nove milhões trezentos e oitenta mil; um gasto ainda com menores aprendizes de setenta e um mil setecentos e vinte e quatro; e um gasto com obrigações patronais, aqui incluindo tanto da previdência do município quanto com o INSS, de quinze milhões e oitenta e nove mil. Trazendo aqui um gráfico, então, da despesa de pessoal, e diluindo também as obrigações patronais, vemos que temos, com efetivos, 48,2%; com comissionados, 42,9%; e com subsídios 8,8%. Chegando agora nas outras despesas correntes, que são os gastos que nós temos com aquisição de bens de consumo e também com os serviços. Nós temos, então, os benefícios assistenciais, que compõem o auxílio-funeral, o auxílio-creche e o auxílio-saúde, num total orçado de dois milhões seiscentos e setenta mil, sendo gastos até o momento um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil. Auxílio-alimentação: orçado cinco milhões trezentos e quarenta, e foram empenhados três milhões quatrocentos e oitenta e três mil. Material de consumo, nós temos um valor orçado de um milhão seiscentos e vinte e cinco, e foram gastos até o momento oitocentos e oitenta e três mil cento e cinquenta e um. Lembrando que são valores empenhados. Locação de mão de obra, aqui representam, então, os contratos com vigilância, limpeza, recepção, nós temos um valor orçado de quatro milhões novecentos e cinquenta mil, e um valor empenhado de quatro milhões setecentos e oito mil. Vejam que, nessa despesa, temos, por exemplo, 95,11% já empenhados, né? Mas esse valor está empenhado até o final do exercício, porque são contratos globais. Serviços de tecnologia da informação e comunicação: valor orçado de dez milhões setecentos e oitenta, empenhado, seis milhões quatrocentos e vinte. Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica: onze milhões e setenta mil orçados, e oito milhões duzentos e quarenta e três mil empenhados. Temos o valor do aporte com o IPMC, para o equacionamento da dívida, no que compete ao Legislativo Municipal, num valor orçado de quatorze milhões e quatrocentos, e um valor empenhado de onze milhões duzentos e trinta e cinco mil. E com outras despesas correntes, um valor orçado de oitocentos e vinte mil, e empenhado, trezentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e cinco. Ainda com investimentos, nosso terceiro grupo aqui de despesas, temos um valor orçado, atualizado, de três milhões e trezentos, e empenhado, nesses dois quadrimestres, trezentos e noventa e três mil cento e oitenta e dois. Ainda, os gastos com despesas de viagens do Legislativo, nesses dois quadrimestres, temos um gasto, com diárias pagas a servidores e Vereadores, de trinta e três mil trezentos e sessenta; passagens aéreas, um gasto de quatorze mil trezentos e oitenta e um; e valor pago com o contrato da agência, com hospedagens, sete mil setecentos e sessenta e seis; totalizando, então, nos dois quadrimestres, em gastos com viagens, cinquenta e cinco mil quinhentos e sete. Em relação aos restos a pagar, que são empenhos que ficaram a pagar de exercícios anteriores, temos um total, que foi inscrito no início desse exercício, de quatro milhões oitocentos e cinco mil, sendo que quinhentos e cinquenta e nove mil eram de exercícios anteriores a 2023, e quatro milhões duzentos e quarenta e cinco mil foram os do exercício imediatamente anterior, que é o exercício de 2023. Desse valor, então, já foram pagos dois milhões novecentos mil novecentos e noventa e quatro, e foram cancelados quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais. Esse valor, conforme eu mostrei no início da apresentação, foi devolvido ao Poder Executivo, e nós temos ainda valores de restos a pagar de um milhão, quatrocentos

e sessenta e oito mil reais. Em relação ao cumprimento das nossas metas, além do índice de despesa de pessoal que deve ser cumprido em relação à LRF, nós temos também um índice que sempre preocupa muito os Legislativos, que é o referente à Emenda Constitucional 25, que fala que a Câmara só pode gastar 70% da sua receita com folha de pagamento. Então, nessa receita nós consideramos o valor máximo permitido, que seria de trezentos e doze milhões quinhentos e sete mil reais, o que daria um valor de 70%, de duzentos e dezoito milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais. O valor gasto nos dois quadrimestres é de sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil reais, então, foram somados até aqui 21,41%. Esse índice só fica completo ao final do exercício, porém, acredito que não vamos passar dos 35%. Então, nós tivemos 11% até o primeiro quadrimestre, agora 21% até o segundo quadrimestre, e chegaremos aí, no terceiro quadrimestre tem o décimo terceiro, então, a despesa empenhada é um pouco maior, mas chegaremos nos 34% no máximo. Lembrando que para o exercício seguinte esse índice vai incluir os inativos, o que deve aumentar um pouquinho esse percentual. Em relação à receita corrente líquida, que é apurada pelo Poder Executivo, e em relação ao índice que nós precisamos atingir para as despesas de pessoal estarem de acordo com o que fala a Lei de Responsabilidade Fiscal, seria um limite de 60%, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Poder Legislativo. Apurando, então, essa receita corrente líquida que é referente ao exercício móvel, são os últimos doze meses, então, seria de setembro de 2023 a agosto de 2024, foi apurada, então, uma despesa bruta de pessoal do Legislativo de duzentos e quatro milhões trezentos e dois mil reais, sendo que com ativos totaliza cento e vinte e sete milhões cento e vinte e três mil reais, e com inativos, setenta e sete milhões cento e setenta e nove mil reais. Esse valor, então, é contabilizado pelo IPMC e repassado a título de informação para o Legislativo. Ainda nós temos as despesas não computadas, para que se chegue no índice, que aí nós trazemos, então, as despesas com inativos, já que eles são pagos com recurso vinculado do Instituto de Previdência, e também o valor de indenizações desses últimos doze meses. Então, nós chegamos numa despesa líquida de pessoal, nesse exercício móvel, de cento e vinte e sete milhões cento e vinte e um mil seiscentos e quarenta e nove reais, que representa um percentual de 1,12% da receita corrente líquida ajustada, na parte superior do slide, foi calculada pela Prefeitura em onze bilhões trezentos e seis milhões novecentos e seis mil reais. A título de comparação então, até para encerrar a apresentação, eu trago os valores dos últimos cinco anos da despesa empenhada no quadrimestre. Nós temos ali por grupo, então, pessoal, essa é a despesa real, despesa atualizada pelo IPCA. Nós tivemos ali em 2020, setenta e nove milhões de reais; em 2021, setenta e três milhões de reais; em 2022, setenta e seis milhões de reais, até porque foi um período que ficou congelada ali a despesa de pessoal sem reajuste, chegando em 2023 com oitenta milhões de reais; e agora, em 2024, com oitenta e um milhões novecentos e oitenta e sete mil reais. Outras despesas correntes, temos ali em 2020, vinte e cinco milhões trezentos e treze mil reais; 2021, vinte e seis milhões cento e doze mil reais; 2022, vinte e seis milhões novecentos e trinta e sete mil reais; 2023, vinte e oito milhões duzentos e trinta e cinco mil reais; e 2024, trinta e sete milhões, duzentos e oito mil reais. Investimentos, 2020, quatrocentos e vinte e sete mil quatrocentos e trinta e seis reais; 2021, trezentos e doze mil quinhentos e quarenta reais; 2022, um milhão e vinte e três mil reais; 2023, seiscentos e quarenta e um mil novecentos e setenta reais; e agora, em 2024, trezentos e noventa e três mil cento e oitenta e dois reais. Então, são valores empenhados nos oito primeiros meses de cada exercício. Em relação ao comportamento dos nossos índices, vemos que estamos reduzindo, tanto no índice da LRF quanto da Emenda 25, daí tendo uma redução, nós temos lá em 2020, por exemplo, o índice era de 1,29%, agora está em 1,12%. Em relação à Emenda Constitucional, em 2020 era 23,23% e agora nós estamos em 21,41%. Finalizando, quero agradecer a toda a minha equipe, uma equipe abençoada que eu tenho e que este ano enfrentou um grande desafio. Então,

merece todo o meu agradecimento e respeito. Obrigada a todos. O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado à Sra. Aline Bogo, pode participar da Mesa. E agora nós faremos a dinâmica das perguntas, iniciando pelos membros da Comissão, com o tempo da devolutiva de dois minutos para perguntas, e a cada três perguntas, a senhora poderá fazer a devolutiva. Eu vou passar a palavra para a Vereadora Indiara Barbosa, porque estou muito afônico, não fica muito boa minha fala. Por gentileza, Vereadora. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Obrigada, Vereador Serginho. Primeiramente, elogiar a Aline pelo trabalho, pelas informações feitas sempre de forma clara, apresentação concisa em todos os semestres, e também por nos antecipar esse envio. Então, só agradecer e parabenizar a Aline, que também é minha colega contadora, conselheira lá do CRC junto conosco, que, inclusive, agora esses dias nós comemoramos o Dia do Contador e fazemos parte lá do conselho. Então, só para parabenizar você pela sua atuação, tanto aqui na Câmara, quanto em defesa da contabilidade. Parabéns pelo trabalho para você e para toda a equipe, como já foi falado. Passo a palavra à Vereadora Professora Josete, também da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos, Vereadores, funcionários da Casa, funcionários do Município que estão aqui presentes para fazer a prestação de contas. Também cumprimentar os estudantes que estão aqui, dizer que a participação de vocês é muito importante, vocês são cidadãos, e é muito importante que, quando possível, vocês estejam aqui. Nossas Sessões são segunda, terça e quarta-feira pela manhã, e nós precisamos criar essa cultura de que a sociedade fiscalize os Vereadores também, porque eles foram eleitos aqui para que, realmente, o recurso público seja empregado em benefício da maioria da população. Bem, agradecer a apresentação da Aline, a Aline sempre muito competente, sabemos que é uma servidora pública exemplar, agradecer a toda a equipe. É mais uma curiosidade que eu tenho, porque passamos pelos prédios aqui e eu notei que está sendo feita uma grande reforma ali na sala da Controladoria, e me chamou a atenção, porque nós tivemos aí recentemente aquele prédio praticamente reconstruído. Então, eu queria saber se é um problema da obra, o que aconteceu, porque é recurso público, então, se foi um problema de contrato, enfim, para que possamos deixar nítido o porquê daquela nova reforma ali. E se é possível, também, passar o nome do fiscal do contrato, porque eu acho que é importante que todos os servidores cumpram o seu papel. Não estou dizendo que não cumpriu, mas é essa dúvida mesmo. Se possível, não sei nem se é você, se você tem essa informação, mas se não tiver também, na sequência, buscaremos informação. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Eu passo a palavra para as suas devolutivas. Na sequência, nós abriremos para mais perguntas. A SRA. ALINE BOGO:- Agradeço, Vereadora Indiara, suas palavras. Também cumprimento pelo trabalho voluntário que fazemos juntas lá no conselho, que não rende valor financeiro, mas é muito gratificante. Eu assumi este ano a coordenação da Comissão do Contador Público e um dos nossos objetivos é colocar conteúdo de qualidade para os contadores nas escolas técnicas lá do CRC. O Claudinei está comigo nesse trabalho, contador da Prefeitura, também sempre auxiliando muito, contribuindo muito lá com a Comissão do Contador Público do CRC. Vereadora Josete, obrigada. Vamos sentir sua falta nos próximos exercícios. Em relação à obra, eu sei que tinha um problema no piso lá da Controladoria. Agora, em relação ao nome do fiscal, não sei se a diretora de planejamento ali deve ter o nome do fiscal, que é do setor de patrimônio. Eu até fui à controladoria esses dias e estava com um problema no piso lá, então, acho que a obra foi para trocar o piso. O Sr. Marcelo Fachinello:- Vereador Serginho, se me permite. O SR. PRESIDENTE:- Eu passo, de imediato, a palavra ao Presidente Marcelo Fachinello. O Sr. Marcelo Fachinello:- Só para esclarecer, então, a respeito da obra ali na Controladoria. Vereadora Professora Josete, vamos levantar o nome do fiscal do contrato no momento da obra, mas o que está sendo feito agora não tem relação com a obra realizada anteriormente de reforma de todo aquele espaço.

daquele prédio, que durou bastante tempo. É um pedido da própria Controladoria em relação ao remanejamento de posições, também essa questão do piso que a Aline nos passou. Mas levantaremos o nome do servidor fiscal do contrato anteriormente, em que pese não haver nenhuma relação com a obra que foi realizada, e sim um pedido de remanejamento de posições dos próprios servidores que trabalham na nossa Controladoria. Então, só para esclarecer. É isso, Vereador Serginho, só cumprimentar a Aline, toda a equipe também da contabilidade por todo esse período de trabalho, empenho e dedicação. Eu sempre saliento que neste ano nós tivemos de novo, aqui dizer, a mudança do sistema no começo do ano, e a Aline com sua equipe foram muito importantes, foi fundamental à adaptação que nós precisávamos fazer, tendo ali um trabalho de fôlego, de dedicação de todos, para que nós pudéssemos continuar rodando tudo da maneira como era anteriormente e isso aconteceu. Inclusive, não tivemos nenhum atraso nos pagamentos dos servidores, que era importante também, as folhas foram rodadas dentro dos seus períodos normais, então, fica o meu agradecimento à Aline e toda a equipe, e a todos os outros demais servidores que estão aqui neste momento acompanhando esta audiência pública. É isso, Vereador Serginho do Posto, devolvo a palavra. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Presidente Marcelo Fachinello. Continuando, temos Vereadores inscritos? Vereadores que desejam fazer algum questionamento? Não. Então, eu só vou fazer uma fala para fechar esse bloco. Mas eu pediria à Aline, primeiramente, parabenizar a você e toda a sua equipe pelos dados, sempre trazendo transparência e mostrando, de fato, como são aplicados os recursos públicos. Mas talvez para o terceiro quadrimestre, que nós fecharemos a legislatura, nós tenhamos uma linha de tempo em relação ao custeio da Câmara. Temos que observar de que forma que a Câmara vem se comportando no seu custeio. Aparentemente, nos últimos anos, teve um crescimento e nós deixamos para fechar no último quadrimestre, daí porque fechamos a legislatura. Isso eu acho que seria importante, colocar esses dados de forma estatística e, talvez, num gráfico, para ficarem os dados assim, para que as pessoas no dia a dia, que não têm tempo de acompanhar a Câmara, tenham principalmente os principais contratos com terceirizados, de que forma que está sendo empregado o custeio do dia a dia da Câmara, que eu acho que é importante também. Só fica essa observação, mas queria parabenizar o zelo e a forma responsável que a senhora, juntamente com a sua equipe, vem trabalhando nesse departamento. Muito obrigado. Agora as suas considerações finais, depois nós encerramos esse bloco. Pode ser assim? A SRA. ALINE BOGO:- Encerro, então, agradecendo o apoio de toda a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, na presença do Vereador Serginho e de todos os outros Vereadores, e também de todos os servidores da Comissão, à Jussana e à sua equipe. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Nós que agradecemos. E também pedimos para que acompanhe agora a próxima apresentação que o Executivo fará a sua explanação. Então, desta forma, nós encerramos o primeiro bloco. De imediato, quero cumprimentar e convidar a equipe da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, na pessoa da Superintendente Daniele Regina dos Santos, hoje representando o Secretário Cristiano Hotz, que está de licença, mas também quero cumprimentar os demais membros da Secretaria acompanhando à Srta. Daniele. Então, peço, de imediato, as presenças na mesa da Daniele Regina dos Santos; do Departamento de Orçamento, Carlos Eduardo Kukolj; do Superintendente Fiscal, Mário Nakatani Júnior, pode estar também conosco aqui na mesa; do Márcio Smoke, do Orçamento; do Jaderson Goulart, Assessoria Técnica da Secretaria; e do José Ogura, da Comunicação da Prefeitura. Então, sejam todos muito bem-vindos. De imediato, nós passaremos à apresentação da Daniele Regina dos Santos, com os dados do Executivo. Peço, então, à equipe que coloque... (Pausa). Já está posto! Então, bom dia a todos vocês. Com a palavra, Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Um bom dia. Bom dia a todos. Trazemos os dados referentes à prestação de contas do Executivo do segundo

quadrimestre, os dados fechados até a data de agosto. Podemos começar a apresentação? (São exibidos os slides). Pode passar. Entramos com os dados de receita, a princípio. Os dados que nós temos de receita, até o momento, estão finalizados em nove bilhões setecentos e quarenta milhões de reais. Nós vemos que a receita corrente está em oito bilhões quatrocentos e quarenta e oito mil reais, teve um acréscimo, uma variação real em relação ao segundo quadrimestre do ano passado, na ordem de 9,20%. Nós realmente temos tido crescimentos inesperados até na receita corrente. Temos a receita de capital que está em cento e noventa e oito milhões de reais, cresce 36%, a receita de capital varia muito de acordo com o que fechamos de convênio, acordos; e temos a receita intraorçamentária, que foi a que mais cresceu, da ordem de 21%, principalmente relacionados aos repasses feitos à Previdência. Então, a receita, sem as receitas intraorçamentárias, está no valor de oito bilhões seiscentos e quarenta e seis milhões de reais, com o crescimento médio de 9,7%, até o mês de agosto, um crescimento em relação ao ano passado, no mesmo período. Pode passar. Aqui nós mostramos a realização da receita em relação ao orçamento. Então nós estamos em 75,3% do orçamento, estamos dentro do esperado para esse período; a receita corrente está pouco acima do que nós esperávamos no orçamento; a receita de capital está abaixo, a receita de capital depende do fluxo de entrada de recursos, principalmente das obras que estão sendo executadas com recursos de operações de crédito internacional, como recurso só entra à medida que a obra vai tendo andamento, esse recurso está um pouco abaixo; e as intraorçamentárias, que também estão um pouco abaixo em relação ao que esperávamos no orçamento. De maneira geral, na média, 76,6%, tirando as intraorçamentárias, então estamos um pouco acima do que estava previsto no orçamento, estamos realmente demonstrando um pequeno excesso de receita para o final do exercício. Pode passar. As receitas tributárias. Nós temos um aumento, e aí, de novo, é uma variação real, ou seja, já excluída a inflação em relação ao segundo quadrimestre do ano anterior. Então, as taxas tiveram um crescimento de 12,9%; o ITBI um crescimento de 14%, o ITBI demonstra claramente que nós temos realmente o mercado que está aquecendo na questão dos imóveis; isso também se faz presente no IPTU, que demonstra 26% de acréscimo; imposto de renda em torno de 6,53%; e o ISS cresceu 8,9%. Então, um crescimento nominal, nós tivemos neste período do ano passado para este ano, de 19% nominal e 14,4% de crescimento real. As receitas tributárias ficam em três bilhões e setecentos milhões de reais. As receitas de transferências, temos um crescimento no ICMS, nós viemos acumulando prejuízos do ICMS, o ICMS tem uma reversão, cresce, porque em função até da reforma tributária o Estado está ampliando a sua arrecadação de ICMS, porque a receita do ICMS servirá para ampliar a média do Estado nos próximos repasses da CBS, não mais do ICMS, serão com base na média. Então, de maneira geral, os Estados têm implementado ações para ampliar as suas arrecadações e com isso o reflexo para os municípios. Então, nós tivemos um acréscimo de 11,6%. O IPVA subiu pouco, 0,57%; o Fundeb, que também está relacionado à questão do ICMS, do fundo de participação, apresenta um acréscimo de 15,1%. No Fundeb nós temos, além do incremento relacionado à questão dos impostos, do aumento da arrecadação, nós temos também um incremento relacionado ao acréscimo de alunos na rede. Como ele vem com base no número de alunos, quando acrescentamos alunos na rede, nós tivemos um acréscimo grande na questão da educação infantil, o Fundeb também passa a crescer, o valor do Fundeb cresce; e o SUS cresceu 24,2%, e aqui, sim, nós tivemos acréscimos efetivos no repasse do SUS. Foi conseguido a internalização de uma série de valores para repasse dos hospitais e, efetivamente, é um acréscimo real mesmo no repasse dos valores do SUS. Próximo. Nas transferências, nós temos um acréscimo de 95% nas transferências de capital, nessa lógica de que a Capital, cada convênio que assinamos vai tendo alterações nesse sentido; o FNDE cresce 0,69%, ou seja, os repasses que estão vindo para a finalidade específica das questões educacionais



foram ainda muito pequenos este ano, nós temos uma série de questões dentro do PAC que estão compromissadas para os próximos exercícios, mas ainda neste ano não se viu a realização desses repasses. Nas outras Despesas Correntes, nós temos uma queda de 7,87%. O FPM, que tem também essa subida, de 14,1%, também porque você usa bases de ICMS, de uma série de outros impostos que estão tendo esse incremento em função até da alteração da reforma tributária. Pode passar? Agora, vamos às despesas. As despesas no total de nove setecentos e quarenta. Aqui fazemos um comparativo também em relação ao segundo quadrimestre do ano anterior, sempre com uma variação real, ou seja, estamos excluindo a questão da inflação, a inflação utilizada em 4,24%, a despesa corrente do município aumentou em 8,75%, a Despesa de Capital aumentou em 11,4%, a despesa está muito relacionada à execução das obras e ela está hoje na ordem de um bilhão trezentos e onze milhões de reais. Nós temos um crescimento muito significativo das Despesas de Capital nesta gestão, o que é uma intenção constante de ampliar os recursos, principalmente na área de investimento; a despesa intraorçamentária também teve um acréscimo significativo, principalmente relacionada à questão previdenciária. Sem os recursos da intraorçamentária, nós tivemos uma despesa de oito bilhões trezentos e sessenta e cinco milhões de reais e um acréscimo de 9,17%. Então, temos uma receita que subiu 9,7% e uma despesa que subiu 9,17%. Então, temos um acréscimo de despesa inferior ao acréscimo que nós tivemos na receita. Pode passar. Agora, a realização da despesa em relação ao orçamento. Então, estamos com a despesa realizada em 76,6%, um pouco acima do que o esperado matematicamente para esse período; as despesas correntes estão em 70,9%; as despesas de capital, é que tem um valor significativamente maior, 122%, porque aqui acabamos por entrar com recursos do superávit, eles têm sido base para as obras, bem como, os recursos de capital externo das operações de crédito e por isso ele ultrapassa o valor dos 100% que nós tínhamos de previsão no orçamento. Os recursos do superávit não fazem parte do orçamento, eles entram depois. A intraorçamentária em 66,7%. Então, as despesas, assim como as receitas, estão equilibradas na execução do orçamento, chegando a 75,6% para esse período. As despesas correntes, mostramos ali que os juros e os encargos da dívida, embora tenhamos tido um acréscimo nas operações de crédito, o nosso trabalho é sempre no sentido de equilibrar essas operações e não permitir que elas ultrapassem limites, que são ainda limites muito inferiores ao que legalmente o município possui. Hoje nós temos ali uma queda no pagamento de juros, porque nós tivemos algumas operações de créditos antigas que estão finalizando e ainda não temos efetivamente a realização das que iniciaram, porque elas ainda estão em período de carência, algumas estão iniciando lentamente, então os juros ainda temos uma queda. As outras despesas correntes subiram 10,9%; e o pessoal e encargos sociais sobem também na ordem de 10%. Ainda temos o pessoal e encargos na ordem de 4,1 bilhão, que é realmente o valor mais significativo de despesa do orçamento. As demais despesas correntes na ordem de 3,96 bilhões, são as despesas que normalmente fazem a máquina administrativa operar, inclusive é a execução dos serviços aos cidadãos. Próxima. Aqui são as despesas de capital e aqui nós temos amortização da dívida e, assim como eu falei anteriormente, vamos buscando controlar esses valores. São valores muito inferiores ao valor da despesa, nós estamos em torno de 3% da despesa do município que está sendo relacionada a isso, e são injeções importantes de recursos no sentido de fazer com que os investimentos se realizem de forma plena. As inversões financeiras caíram também em 31% e os investimentos subiram 31,6%, o que tem sido uma busca constante na gestão, a de ampliar os investimentos com os recursos orçamentários dentro do município. Podemos passar. As metas e limites. Então, aí nós temos a questão da meta e do limite da dívida, resultado primário, hoje nós temos uma previsão de ser negativa na LDO. Os resultados de dívida têm muita relação com o recurso de crédito externo que nós recebemos, mas neste momento nós estamos tanto com o



resultado primário quanto com o resultado nominal positivos. A receita corrente, dos últimos doze meses, ficou em doze bilhões (K) setecentos e dezesseis, tendo as deduções necessárias para que calculemos a receita corrente líquida na ordem de um bilhão trezentos e vinte e dois. Portanto, a receita corrente líquida para esse período ficou em onze bilhões trezentos e oitenta e sete milhões, um crescimento de 9,63% em relação ao período do ano anterior. Próximo slide. As dívidas: nós temos uma dívida consolidada de 1,41 bilhão, e uma dívida consolidada líquida de 3,3 bilhões negativos, o que quer dizer que nós temos caixa para fazer frente ao pagamento da nossa dívida e, ainda assim, teremos uma sobra significativa de recursos, o que tem acontecido nos últimos anos. Dessa forma, os limites que nós temos hoje, o nosso limite está em menos 29%. Nós poderíamos ter até 120%, mas estamos com menos 29%, uma dívida baixa, controlada. Podemos passar para o próximo slide. Como estão hoje os valores que nós temos de dívida: no NDB, cento e vinte três milhões; no BID, duzentos e oitenta e um milhões; e AFD, duzentos e vinte e um milhões. O BID ainda é o que está com as obras mais adiantadas e, portanto, os valores mais significativos. Mas, temos a AFD agora, com o Bairro Novo da Caximba em pleno andamento, também já está com valores mais significativos. O NDB, temos o início das obras, estão iniciando ainda, então, ainda não são os valores mais significativos. Podemos passar para o próximo slide. Aqui são as dívidas internas. Então, ainda nós temos os PACs com a Caixa Econômica, trezentos e trinta e oito milhões; a dívida que nós temos no RPPS, que não é o aporte, é a dívida do período que não tinha sido pago nas outras gestões, de duzentos e sessenta e um milhões; o Pasep, que é uma dívida significativa contra a qual a gente briga na Justiça, contra a qual a gente tem falado junto ao Congresso Nacional. O Pasep é o tipo da contribuição que não tem mais porque estar acontecendo. Seria muito mais simples ao município pagar diretamente os direitos que o Pasep engloba aos seus servidores, do que fazer o pagamento de 1% da receita, que é muito mais alto e que penaliza os municípios a fim de conseguir os recursos necessários, pela União, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. De fato, o que acontece é que os municípios acabam por estar subsidiando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador quando fazem o pagamento do Pasep, que são valores significativos. Podem ver que é o terceiro pagamento que nós temos. Banco do Brasil, dezenove milhões; Agência de Fomento, onze milhões. São valores que já estão acabando. BNDS, nove milhões; temos uma com o INSS de seis milhões; a novação das dívidas que recebemos lá no início da gestão, temos pouca coisa para terminar, 2,2 milhões; e a Cohab 1,1 milhão, que acaba o ano que vem. Então, mesmo internamente temos dívidas pequenas. (O Vereador Serginho do Posto faz uma pergunta fora do microfone). Acho que acaba esse ano, deve fechar. Talvez nem todas, deve ter uma ou outra que fique um pouquinho..., porque teve uma ou duas empresas que fizeram a contratação da novação depois do período, então, em sessenta meses vão ultrapassar um pouquinho. Próximo slide. Limites de garantias: nós temos uma garantia concedida, que é uma garantia da Cohab, que está em 2,12% do limite que poderíamos ter, em torno de 22%. Próximo slide. Operações de crédito, 87,6 milhões. Antecipação da receita nós não temos. Nosso limite hoje estaria em 0,77%, e nós podemos atingir até 16%. Estamos bem abaixo disso, sem problema algum. Próximo slide. A despesa com pessoal: nós atingimos o valor de 41,42%. Nesse momento não podemos ter ampliação desse valor, desse percentual, nos cento e oitenta últimos dias da gestão, de acordo com a LRF, pelas práticas de final de mandato. Então, esse percentual que foi atingido, de 41,4%, tem que ser mantido até o final da gestão. Então, nós não podemos ter alteração do percentual, no equilíbrio deste percentual. Embora nós possamos ter esses 54% máximo, de pessoal, neste momento isso não pode ocorrer, frente ao limite que nós temos que manter o percentual nos últimos cento e oitenta dias. Próximo slide. Publicidade e propaganda: nós podemos ter 0,60%, e estamos com um percentual de 0,15%, 16,6 milhões de reais. Saúde e Educação: a Saúde, nós estamos num percentual de

18,86%. Temos tido, como já ficou claro lá no início, a receita vem do Fundo Nacional de Saúde, do SUS. Ela aumentou, o município tem recebido um valor mais significativo, porque apresentou indicadores de serviços maiores. O SUS, se faz a repartição por indicador de serviços. O município apresentou indicador de serviços maiores, e com isso está recebendo um valor a maior do SUS. E como está recebendo um valor a maior do SUS, o índice de execução da Saúde vai refletir isso também. No índice de execução da Saúde não entram os valores do SUS, entram só os valores do município. Então, nesse momento, nós estamos com 18,86%. Nós não vamos gastar menos do que sempre gastamos, pelo contrário, todo ano aportamos mais recursos na Saúde, mas, no índice, isso pode ter um reflexo diferente, porque o SUS também está aportando um valor a maior. Então, pode ter uma diferença maior no índice. Mas, a receita, em torno de 1,11 bilhões de reais, que já estão empenhados, um bilhão de reais que já foi liquidado dentro da Saúde. Na Educação nós atingimos 23,12%. Temos que lembrar que o índice de 25% se apresenta só para o final do exercício, e isso acontece sempre na Educação, porque a Educação vai realizando seus índices até o final do exercício, sempre chegamos nesse período com esse índice mais ou menos realizado, até um índice um pouco inferior, em torno de 21, 22%. É a característica da forma como a Educação realiza a sua despesa. No mês de agosto você tem um ápice de despesa de Educação, normalmente, mas ainda teremos os outros meses, até o final do exercício. A Educação já empenhou despesas na ordem de um bilhão duzentos e quarenta e cinco milhões, e já liquidou despesas na ordem de um bilhão e cinquenta milhões de reais. São as despesas rotineiras voltadas à manutenção das unidades educacionais e algumas despesas relacionadas a investimento. Também este ano nós temos lá. Assim, fechamos. A princípio, são as informações que nós teríamos da prestação de contas. O SR. PRESIDENTE:- Dessa forma, nós faremos a mesma dinâmica, com as perguntas dos Vereadores que compõem a Comissão de Finanças e Fiscalização. Na sequência, os demais Vereadores presentes na Sessão. E também, aqueles que desejarem participar pelo e-mail <comissao.economia@cmc.pr.gov.br>. Eu passo a palavra à Vereadora Professora Josete. Na sequência, Vereadora Indira Barbosa. A Sra. Professora Josete:- Obrigada, Presidente. Eu quero agradecer a apresentação da Daniele. Tenho alguns questionamentos aqui, vou tentar ser rápida. Nós temos ali, e não me reportando à apresentação, mas ao relatório resumido da execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal. Na página 35, nós temos transferências de capital, e eu gostaria de saber o porquê de uma variação em relação às transferências da União e transferências do Estado. É um percentual do Estado também bastante baixo, de 8,8%. Também, na página 41 nós percebemos uma queda drástica nos recursos do FAAC, na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, se é possível explicar. Temos um resultado positivo, em 2023, em torno de setecentos mil, e agora um negativo em torno de vinte e seis milhões, milhões ou mil. Também uma dúvida em relação a receitas e convênios. Nos chamou atenção o transporte coletivo, que no ano de 2023, nesse quadrimestre havia um repasse de oitocentos e quarenta e um mil, aproximadamente, e no transporte coletivo gostaríamos de saber se, por acaso, esse valor do convênio está embutido na Secretaria das Cidades, porque está zerado em relação ao transporte coletivo. Também, na Habitação, mais uma vez nos chama atenção, todo ano acontece isso, tem uma previsão que já é baixa, e aqui, o ano passado tinha sido executado 66% e agora apenas 15,4%. Vou pular algumas questões aqui. E nos chamou atenção também a questão da Educação. Eu não estou localizando o dado agora, mas na apresentação foi colocado que já se empenhou 23,12% dos valores constitucionais para Educação. Eu não localizei a tabelinha, mas até onde vimos era um valor baixo, bem abaixo de 20%. Vou pedir para a minha assessoria ajudar a localizar aqui. Seria isso. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra à Vereadora Indira Barbosa e, na sequência, Vereadora Giorgia Prates. A Sra. Indira Barbosa:- Obrigada. Presidente Serginho.

Eu tenho algumas perguntas em relação a algumas linhas do orçamento que tiveram alteração. Uma delas é a Assistência Social, que passou de duzentos e setenta e seis milhões para quatrocentos e dezessete milhões. Então, gostaria de saber os principais motivos para essa alteração. Até aproveito para mencionar, mais uma vez falar sobre uma pauta que eu e alguns Vereadores sempre falamos aqui, não é, Vereadora Noemia, que é destinação de recursos para as entidades que fazem um trabalho de recuperação de pessoas envolvidas com álcool e drogas. O Secretário Cristiano, em algumas das últimas audiências aqui, se comprometeu, disse que era um compromisso do Prefeito de repassar um recurso ainda no orçamento deste ano, que viria talvez de superávit ou alteração de orçamento para vagas e para essas entidades. Nós temos o valor que foi destinado pela Comissão através de emendas parlamentares, mas o recurso, realmente, da Prefeitura, para aquisição dessas vagas praticamente não existe. Existem vagas da Assistência Social, mas para tratamento de pessoas com envolvimento em álcool e drogas não existe. (E) Então, perguntamos novamente sobre isso. E outras duas rubricas que tiveram alteração, uma delas é na área de cultura, na linha de cultura, o orçamento também previa uma alteração de vinte milhões, um aumento de vinte milhões, e outra em relação ao último relatório apresentado foi na linha de urbanismo, nos subtópicos de infraestrutura urbana, serviços urbanos e transporte coletivo, que teve uma alteração de um bilhão e trinta e cinco, para um bilhão novecentos e noventa e oito milhões. Então, também se vocês puderem detalhar um pouco mais sobre essas alterações eu agradeço. Se for o caso, depois eu até posso também mostrar aqui para o Carlos, enfim, para equipe, onde que vimos essas alterações. Vereador Serginho do Posto precisou se ausentar um minutinho, então como Vice-Presidente da Comissão, presidindo a audiência, passo a palavra à Vereadora Giorgia Prates para os seus questionamentos. A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:- Obrigada, Vereadora Indiará. Bom dia a todas, todos e todes. Muito axé. Agradeço então à Daniele também pelas explicações. Gostaria de fazer uma pergunta, primeiro seria uma que a Vereadora Professora Josete já colocou, que é sobre a educação e a outra seria sobre essa questão da Cohab, nas metas limites da dívida interna, aponta 1,7, né? A Cohab tem um fundo que parece ser de vinte e dois milhões. Gostaria de saber do que vem essa dívida, né? Porque também no posterior, sobre as metas, ainda das garantias concedidas, a senhora pontuou, né? Que também tem a ver com a Cohab. Gostaria que explicasse um pouco melhor, porque esse último ano, sendo um ano eleitoral, a Cohab fez muitas promessas de aluguel social, né? E parece também que já retirou uma parte do valor do fundo desses vinte e dois milhões, para pagar o aluguel social. Se não for na realidade, se puder também "escurecer" (sic) e talvez entender se essa dívida provém dessa questão dos aluguéis sociais que foram prometidos. Obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Eu passo então à Daniele e à equipe para as respostas das três primeiras perguntas. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. Vamos então à primeira, Vereadora Professora Josete, das questões apresentadas ali. Tem uma queda na transferência de capital. Realmente, temos alguns convênios que foram finalizados e alguns convênios que ainda não iniciaram. Tivemos um convênio grande do Estado, que realmente tínhamos no ano passado, este ano já acabou e tivemos algumas questões do Governo Federal, que estão em andamento, principalmente na área de educação, mas que ainda não vieram os repasses de recursos. Então, financeiramente eles não se realizam. Talvez até o final do exercício, não temos ainda certeza, mas como eles não se realizam aparecem ali realmente uma queda nas transferências. O FAAC tivemos esse ano a implantação da nova lei de licitação, e até que conseguíssemos fazer as migrações de alguns processos de contratação do FAAC, que realmente foram bem impactados pela nova lei, teve realmente um momento ali onde a contratação foi complexa e em função disso tivemos uma queda na entrada de recursos. Mas isso já foi equacionado e nós já estamos vendo o crescimento. Aportamos recursos do tesouro dentro do fundo, para que não houvesse qualquer tipo de problema no

abastecimento das unidades, mas na captação dos recursos do fundo, em função dessas alterações da lei, realmente tivemos uma alteração. Por isso que o FAAC tem uma queda dos recursos, principalmente dos recursos próprios dele. A questão do transporte coletivo, realmente não tivemos esse ano. Os valores tiveram no começo do ano um repasse restante do valor do acordo do ano anterior. Mas este ano nós não tivemos um acordo específico, ainda. Então, não tivemos repasse de recurso. Por isso que ele fica nesse valor limitado. Habitação, mais uma vez, os recursos estão disponíveis no fundo. O fundo tem cada vez mais ampliado esses recursos. Temos uma entrada constante de recursos. Acho que hoje o fundo já está acima dos trinta milhões, se eu não me engano. Esses recursos tem o Conselho do Fundo, que faz a deliberação. Já tivemos a solicitação para dois processos licitatórios, mas os processos acho que ainda não estão homologados a ponto de que possamos ver o empenho ocorrendo. Então, em função disso que nós temos ainda a movimentação, o que nós temos lá de resposta é que há movimentação, mas que ainda não houve uma realização clara dos recursos que estão disponíveis lá. Da educação, não entendi bem a sua colocação. Estamos com ela, por empenho, ela está em 23,12%, por liquidação de despesa está abaixo dos 20%. (Manifestação fora do microfone). Ah, mas é normal. Porque a liquidação de despesa no horizonte de um fluxo de despesa, a liquidação é o último processo. Então, realmente a liquidação fica sempre abaixo do processo de empenhos. O que legalmente conta é o que está liquidado e quando chega no último mês do exercício se acrescentam os valores empenhados. Então, na lógica do legalmente exigido, estaríamos ali em 23,12%, embora só vamos fechar lá no final do exercício. A assistência social tem uma queda principalmente porque nós tivemos uma ampliação no uso do recurso dos fundos. Nós temos muito recurso represado nos fundos da assistência, tanto de idoso, quanto de deficiente, quanto de criança. Muitos desses recursos ficam no aguardo da realização dos projetos das entidades, que vão sacar esses recursos. E havia uma dificuldade na utilização dos recursos do fundo, para atender as metas dos contratos internos do município. Este ano conseguimos avançar nesse debate com os conselhos, de fazer entender que os recursos que estão nos fundos também são recursos públicos, e que fiquem lá tanto tempo parados também não prestam serviço efetivo à sociedade. Portanto, conseguimos fazer maior uso desses recursos para as ações contínuas. Então, você tem uma queda dos recursos próprios, compensada pela entrada dos recursos que estão aplicados nos fundos. A questão das drogas, da nossa parte, Vereadora, está autorizada, inclusive, a implementação de valores maiores. A questão é: nem sempre é tão fácil encontrar as entidades que possam fazer os convênios com o município. Temos uma dificuldade com as entidades que fazem esse convênio com os municípios. Mas da parte do município está autorizada a utilização do recurso. O que acontece? Nós autorizamos, eles fazem o processo de contratação e à medida que chegam as ordens para licitar, fazemos a suplementação no orçamento. Então, o que aconteceu é que nós não recebemos essas ordens ainda. Eles estão autorizados, mas nós não recebemos as ordens. São das secretarias daí, que fazem a contratação da despesa. E só fazem quando realmente encontram a condição com as entidades para poder fazer. A SRA. PRESIDENTE:- Só complementando. Porque agora, por exemplo, destinamos recursos pela comissão no ano passado. Então, essas vagas, com esse recurso, estão sendo feitas. Inclusive, tem uma discussão que fizemos na comissão, em relação ao tipo de edital, se era chamamento, credenciamento, tiveram entidades que recorreram em relação a isso. Mas, quando tem um recurso para a secretaria, foi lá e fez o edital. Então, dizer que não tem a demanda, mas tem o recurso? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Por isso que faz o edital. Ela monta o edital, encaminha para um processo interno, onde é feita uma autorização orçamentária e daí com isso vai fazer. Então, se monta o edital e encaminha, fazemos a autorização e encaminhamos. Esta autorização não chegou. A SRA. PRESIDENTE:- O que está sendo dito é que a secretaria não fez essa solicitação?

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Não chegou para nós ainda esse recurso. É o que eu digo, às vezes não chega porque eles não conseguiram encontrar as parcerias adequadas. A SRA. PRESIDENTE:- Não, eles têm as entidades credenciadas. O que eles dizem é que não tem orçamento. A própria secretaria fala isso.

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Não. O orçamento está autorizado, tem autorização para a realização do repasse. A SRA. PRESIDENTE:- É estranho, né? Mas enfim. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A questão do urbanismo, que está aqui, a questão do urbanismo. Temos o incremento da Linha Verde da ordem sessenta e três milhões. E temos o incremento ali da questão do Inter II. Por isso, que você tem os incrementos de valores dentro da função urbanismo ali. Porque estão sendo executadas essas obras, tanto do Inter II, quanto a questão da Linha Verde. Por isso esses valores aparecem, de forma tão significativa, maior. Já lhe respondo à questão da cultura. Enquanto isso, a questão da Vereadora Giorgia, questão da dívida da Cohab, é uma dívida bem antiga, sabe, Vereadora? É de anos bem anteriores, quando houve aquelas alterações na forma de financiamento da casa própria. Da forma como se estabeleceu na época ficou impagável as dívidas e o município acaba respondendo solidariamente e, portanto, ficou com uma série dessas dívidas. Temos créditos ainda na Caixa que estão sendo julgados. É uma questão jurídica bastante complexa, mas estamos fazendo a quitação das dívidas para evitar que você tenha problemas dentro da empresa, mas ela está bem no fim, deve acabar agora, não tem nada a ver com a questão do aluguel social, é coisa antiga. O aluguel social está sendo implementado hoje, em torno de trezentas, eles estão implementando ainda essas vagas, com recurso próprio do município. Não está sendo utilizado o recurso do fundo, é exclusivo de entrada do fundo daqueles recursos do potencial. Nós entramos com recurso do município, dentro do fundo, para que ele possa fazer esse trabalho de aluguel social. Por quê? Porque o recurso que advém do potencial construtivo é um recurso que pode ser utilizado apenas em investimento. Ele não pode ser utilizado em custeio. Como aluguel social é uma subvenção e, portanto, caracterizada como custeio, não pode ser utilizado o recurso do potencial para esta finalidade. Então, o município está fazendo um aporte de recursos específicos para dar conta do aluguel social. Por enquanto está portado o recurso necessário até o final deste exercício. Depois nós vamos estudar se tem alguma forma de fazermos alguma alteração dentro do fundo, ou então terá que ser um recurso do município específico para essa finalidade. A questão da cultura. Tivemos aumento nos valores dos editais. Aqueles editais que são feitos para subvencionar também atividade de fomento à cultura. Aumentaram na ordem de treze para dezoito, e na ordem de oito para quatorze. Isso acaba dando incremento dos valores dentro da cultura. Reassume a presidência o Vereador Serginho do Posto. O SR. PRESIDENTE:- No próximo bloco, temos inscrita a Vereadora Noemia Rocha, a quem concedemos a palavra. A Sra. Noemia Rocha:- Obrigada, Daniele e toda equipe. Obrigada, Sr. Presidente da Comissão de Economia. Acho que a Vereadora Professora Josete já fez a pergunta, mas vou reforçar para entender a questão dos investimentos nas creches. No relatório vimos que em relação ao orçamento da educação teve um abaixo mínimo constitucional, que está 23,12%. Qual a avaliação em relação a esse índice, ou se está ligado, ou se vai recuperar no próximo semestre. Essa questão do relacionamento nas creches está sendo pensado em investimento. Outra pergunta, Secretária Daniele, com relação à unidade tributária dos templos religiosos em relação aos aluguéis. É uma pergunta sobre o que não está no relatório, mas me interessa enquanto população. Como é uma questão nova, que está na lei, que já foi aprovada, mas estamos tendo dificuldades em relação às instituições com a Secretaria de Finanças no sentido daquele marco regulatório em relação ao prazo. Considerando, por exemplo, eu tenho uma instituição que teve um problema (V) de divergência entre a Secretaria e a instituição. Não dá para saber quem que errou a questão de prazo tal. É possível

dentro da lei ainda considerar esses templos mesmo depois de março, por exemplo, que é do ano, considerando que está na lei? Porque as instituições precisam dessa imunidade. Essa é uma pergunta. E em relação também à questão da drogadição, das vagas de recuperação de dependência química, Curitiba ainda não tem uma vaga para recuperação de dependência química, uma. Então, estamos lutando para que isso seja uma realidade. E que a informação que temos, Daniele, é que as instituições já estão credenciadas. Já temos dezessete instituições extremamente credenciadas, tudo certinho. As outras estão se credenciando. Ainda não temos uma resposta em relação a essas vagas. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Pergunto aos Vereadores e às Vereadoras se desejam fazer suas inscrições. Temos tempo ainda na audiência. Não? Então, vou fazer algumas considerações apenas, e já passo para as considerações devolutivas da Superintendente Daniele. Superintendente, recentemente, neste ano, a Câmara aprovou uma lei de parcerias de calçadas. Os moradores e proprietários comerciais, de estabelecimentos comerciais que desejam fazer suas calçadas, poderão fazer em parceria com a Prefeitura. Pergunto se há um estudo de cobrança de taxa de contribuição de melhoria sendo feito pela Secretaria de Finanças ou, provavelmente, essa lei seria regulamentada por meio de decreto, de parceria? Não sei, essa é a pergunta que eu faço, porque eu sempre insisto na questão da taxa de melhoria, que o município não vem utilizando esse instrumento. Então, só se existe algum estudo ou se, neste caso específico, tem alguma informação. Quero agradecer a presença de todos vocês aqui. Depois eu passo à minha colega Indiara, mas seria essa pergunta no momento. E agradecer a sua explanação de forma transparente, trazendo os números que o próprio portal já indica para consultas de qualquer cidadão da Cidade de Curitiba. Então, fica aqui os nossos agradecimentos. Vamos encerrar então as perguntas e fazemos a devolutiva e a consideração. Pode ser? Ok. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Quanto às creches, Vereadora, certamente a educação vai atingir o índice até o final do exercício, porque você tem ainda vários meses de execução e, principalmente, são os meses onde você tem a realização de investimentos, então, até o final do exercício você atinge os 25%. Essas creches, mesmo sem que consigamos realizar ainda as creches que estão vindo com recursos da União, como ainda estão em processamento os convênios, os acordos, nós não temos previsão de repasse para que essas creches da União sejam realizadas ainda, iniciem pelo menos neste ano. A questão da imunidade tributária, a regularização acontecendo no ano, ainda vai permitir o enquadramento das unidades locadas. Então, deve estar sendo já previsto e trabalhado para que isso aconteça. No momento ainda não tem, mas deve acontecer na sequência. E mesmo assim, muitas vezes se não acontece no ano, pode acontecer já para o ano seguinte o enquadramento, desde que não se perca a questão dos prazos. A drogadição. Realmente, Vereadora, há recursos disponíveis, já há os recursos das emendas que estão disponíveis e há a tratativa com a secretaria para a possibilidade de ampliar o recurso. Digo, não temos a noção de como está o processo de contratação lá na ponta, se eles estão conseguindo realizar. A última vez, o reporte foi de que existiam algumas dificuldades, mas há recursos disponíveis para essa finalidade. A questão das calçadas, Serginho. Realmente, há um fundo de calçadas no município, há uma vontade de se implementar um programa de calçadas cada vez maior. Temos visto já a realização de algumas, mas essas calçadas, pela taxa de contribuição, ainda não temos essa perspectiva. O município já trabalhou com as questões de parceria algum tempo, e não foram, assim, resultados muito significativos. Temos gente que tem carnê até hoje com o município, e veja, passou anos e anos e anos e estão em dívida ativa. Então, às vezes, há de se alocar a efetividade real deste tipo de ação, mas sempre há tempo para que se estude uma nova forma de parceria com a comunidade para a realização das calçadas, ok? O SR. PRESIDENTE:- Então, encerrando esta audiência pública, vou pedir à Vereadora Indiara que cite alguns presentes, mas também deixando aos Vereadores e às Vereadoras que o cronograma de tramitação do orçamento de

2025, que provavelmente hoje a Prefeitura fará entrega oficial à Câmara Municipal, estará disponível após a entrega da LOA. Então, já foi aprovado o cronograma pela Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Nos próximos dias os Vereadores terão as datas para o trâmite do orçamento 2025. Então, fica apenas esse destaque. Agradecer a presença de todos os Vereadores e também aos Vereadores membros da Comissão de Economia e Finanças já citados no início da audiência. Então, peço à Vereadora Indiara [que faça] os agradecimentos aos presentes já, e faremos encerramento. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Então, gostaria de agradecer à Superintendente Executiva Sra. Daniele Regina dos Santos; ao Superintendente Fiscal Sr. Mario Nakatani Junior; ao Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento; também ao Sr. Márcio Heimoski do Orçamento; ao Jaderson Goulart, da Assessoria Técnica da Secretaria; ao Sr. José Ogura, da Comunicação da Prefeitura. E gostaria também de agradecer a toda equipe da Diretoria de Apoio às Comissões em nome da Sra. Jussana Marques, da Sra. Cristina Fonseca, Roberjan Prestes, do Ederson Costa e da Marilete Bernardino. Toda equipe aqui sempre nos dá o apoio e o suporte muito importantes para a realização do nosso trabalho e dessa audiência pública. Agradeço. O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a todos pela iniciativa, e também aos servidores da Câmara na pessoa do Presidente Marcelo Fachinello. Encerro a Sessão e eu passo a presidência ao Presidente. Está encerrada a nossa audiência. Bom dia a todos". A audiência pública de prestação de contas foi encerrada às dez horas e quarenta minutos. A presente ata foi lavrada por Ana Claudia Krügere revisada por Roberjan Prestes Filho. A ata será disponibilizada aos Vereadores da Comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada.

---

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do  
Posto)  
Presidente

---

Indiara Barbosa  
Vice-presidente

---

Bruno Pessuti  
Membro

---

Giorgia Prates - Mandata Preta  
Membro

---

Hernani  
Membro

---

Jornalista Márcio Barros  
Membro

---

João da 5 Irmãos  
Membro

---

Osias Moraes  
Membro

---

Professora Josete  
Membro